

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 18/2023-PGJ, DE 17 DE MAIO DE 2023.**

*Cria os Núcleos de Ações de Competência Originária Cível e Criminal e delega atribuições aos seus coordenadores.*

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

**CONSIDERANDO** a necessidade de distribuição e organização do trabalho afeto à atribuição originária da Procuradoria-Geral de Justiça,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal, coordenado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo e pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, tem por objetivo fortalecer a atuação ministerial na apuração de atos passíveis de responsabilização criminal praticados por agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS).

**Art. 2º** São atribuições dos Coordenadores do Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal, a serem exercidas diante de fatos que, em tese, possam configurar crime cometido por agentes detentores de foro especial por prerrogativa de função:

**I** – atuar na decisão de conflitos entre membros, nas decisões referentes ao art. 28 do Código de Processo Penal e, ainda, na realização das audiências previstas no art. 28-A do Código de Processo Penal;

**II** – promover a análise de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão de comissões parlamentares de inquérito ou inquérito policial e, quando couber, determinar seu arquivamento;

**III** – instaurar notícia de fato e procedimento investigatório criminal (PIC) e requisitar a instauração de inquérito policial;

**IV** – oferecer denúncia e acompanhar a respectiva ação penal;

**V** – propor medidas cautelares e assecuratórias;

**VI** – atuar nas sessões de julgamento do TJMS decorrentes das atribuições do Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal, sem prejuízo de outras delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça;

**VII** – atuar nos processos com foro de prerrogativa de função de competência originária do TJMS;

**VIII** – interpor e acompanhar os recursos judiciais correspondentes; e

**IX** – encaminhar notícias de fato e procedimentos investigatórios e criminais às Promotorias de Justiça Criminais quando ausentes indícios de participação do agente público detentor de prerrogativa de foro.

**Art. 3º** O Núcleo de Ações de Competência Originária Cível, coordenado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico e pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo, tem por objetivo fortalecer a atuação ministerial na apuração de atos passíveis de responsabilização cível praticados por agentes públicos detentores de foro por prerrogativa de função perante o TJMS.

**Art. 4º** São atribuições dos Coordenadores do Núcleo de Ações de Competência Originária Cível, a serem exercidas diante de fatos que, em tese, possam configurar crime cometido por agentes detentores de foro especial por prerrogativa de função:

**I** – oficiar nos mandados de segurança de competência originária do órgão especial no TJMS;

**II** – oficiar nos pedidos de suspensão de liminar de competência originária da Presidência do TJMS;

**III** – propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal;

**IV** – atuar nos processos de precatórios oriundos do TJMS;

**V** – atuar nas sessões de julgamento do TJMS decorrentes das atribuições do Núcleo de Ações de Competência Originária Cível, sem prejuízo de outras delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça;

**VI** – atuar nos processos com foro de prerrogativa de função de competência originária do TJMS; e



**VII** - interpor e acompanhar os recursos judiciais correspondentes.

**Art. 5º** Ficam delegadas, com reserva de iguais poderes, aos Coordenadores dos Núcleos de Ações de Competência Originária Cível e Criminal, as atribuições elencadas nos arts. 2º e 4º desta Resolução, sem prejuízo de outras atribuições que sejam necessárias.

**Art. 6º** As rotinas e procedimentos administrativos a serem desenvolvidos no âmbito dos Núcleos de Ações de Competência Originária Cível e Criminal serão definidos e padronizados pelo seu respectivo coordenador.

**Art. 7º** Os Procuradores-Gerais Adjuntos de Justiça podem ser designados para atuar no Núcleo de Ações de Competência Originária do qual não sejam originariamente titulares.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 17 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 2329/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Helen Neves Dutra da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 081266-28.2022.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da comarca de Campo Grande, no dia 16.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **PORTARIA Nº 2328/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos Autos nº 0807981-34.2023.8.12.0001, em trâmite na 1ª Vara de Fazenda Pública e de Registros Públicos da comarca de Campo Grande, no dia 16.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2317/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 3 a 12.7.2023, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2206/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, que seriam usufruídos no período de 10.5 a 8.6.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004409-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2315/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 10 (dez) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, e 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 14 a 25.8.2023, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2332/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 8 (oito) dias de licença por luto, no período de 6 a 13.5.2023, em razão do falecimento de sua genitora, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2333/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº e-1314/2022-PGJ, de 8.11.2022, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Marcos Fernandes Sisti férias remanescentes que seriam usufruídas no período de 14 a 23.6.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2220/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias à Procuradora de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, que seriam usufruídos no período de 18.4 a 17.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004266-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2334/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2169/2023-PGJ, de 4.5.2023, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de maio de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
17 (19h01min) a 24.5.2023 (11h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura	98478-2033
24 (19h01min) a 31.5.2023 (11h59min)	9ª	Luciano Anechini Lara Leite	99675-9777

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO (99312-5218)
17 (19h01min) a 24.5.2023 (11h59min)	9ª	Luciano Anechini Lara Leite	99675-9777
24 (19h01min) a 31.5.2023 (11h59min)	3ª	Rosana Suemi Fuzita Irikura	98478-2033

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2330/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para participar, como palestrante, da oficina de acordo de não persecução penal (ANPP) no Encontro Regional do MPMS em Ponta Porã, nos dias 25 e 26.5.2023, desde que não haja qualquer prejuízo à continuidade dos trabalhos afetos à respectiva unidade de serviço.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-506/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Marcos Roberto Dietz, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	31.7 a 9.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-508/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-509/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça George Zarour Cezar, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-510/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-511/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2225/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias compensatórias ao Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva, que seriam usufruídos no período de 20.4 a 19.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004211-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-513/2023/PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Esther Sousa de Oliveira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 2322/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça George Zarour Cezar 1 (um) dia de compensação no dia 1º.6.2023, pelo exercício da atividade de acompanhamento e fiscalização presencial das provas escritas do XXIX Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizada no período de 1º a 3.2.2023, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, alterada pela Resolução nº 3/2020-PGJ, de 11.2.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-514/2023-PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Silvio Amaral Nogueira de Lima, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2005/2006	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2226/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 12 (doze) dias de férias compensatórias ao Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França, que seriam usufruídos no período de 2 a 13.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004185-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2212/2023-PGJ, DE 8.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, 10 (dez) dias de férias compensatórias à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba, que seriam usufruídos no período de 25.4 a 4.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 284, de 11 de novembro de 2021 (PGA nº 09.2023.00004346-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA N° 2344/2023-PGJ, DE 15.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 22.5.2023, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Natália França Saraceni, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA JURÍDICA****PORTARIA N° 2314/2023-PGJ, DE 12.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA JURÍDICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, *ad referendum* do Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, a conversão em abono pecuniário de um terço de férias, no período de 3 a 12.7.2023, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016 (PGA nº 09.2023.00005206-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2379/2023-PGJ, DE 16.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 1º.5.2023, a Portaria nº 6079/2022-PGJ, de 5.12.2022, que designou o servidor Rafael Assef Vieira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-532/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1316/2022-PGJ, de 8.11.2022, que concedeu férias à servidora Iraci Ferreira Nantes Dalponte, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 10 a 19.7.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-525/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-79/2023-PGJ, de 30.1.2023, que concedeu férias à servidora Carolyne Silvestre Oliveira Mendes, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 14 a 23.8.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 28.8 a 6.9.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-526/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Marcos da Silva Flores, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 23.10 a 1º.11.2023 e de 15 a 24.2.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-527/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Liliane Rosa da Silva, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas no período de 11 a 30.9.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.8 a 6.9.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-528/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Yasmin Borges Brito, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 12 a 21.7.2023 e de 16 a 25.10.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 4 a 13.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-529/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Leonardo Bertaglia Agostinho, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 17 a 26.7.2023, de 16 a 25.10.2023 e de 6 a 15.12.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-530/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Ana Kelly Correa Nardez de Almeida, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 10 a 19.7.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.8.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-531/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Valeria Neder Serafini, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.10.2023 e de 8 a 17.1.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.7.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-533/2023/PGJ, DE 17.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-215/2023-PGJ, de 6.3.2023, que concedeu férias ao servidor Hewerthon da Silva Lipú, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 28.8 a 6.9.2023", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 17 a 26.7.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****PAUTA PARA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 24 DE MAIO DE 2023, ÀS 14 HORAS PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.****7. Processos das Comissões:**

**7.1.Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00006055-9** Requerente: Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Assunto: Análise de viabilidade de alteração da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, a fim de disciplinar a prorrogação da licença maternidade quando, em decorrência de complicações médicas relacionadas ao parto, houver necessidade de internação hospitalar da segurada e/ou do recém-nascido.

**Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.**

**7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00003996-7**

Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça.

Assunto: Proposta de projeto de Lei Complementar que visa alterar a Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), bem como proposta de projeto de Lei Estadual, para fins de alteração da Lei Estadual nº 3.188, de 22 de março de 2006.

**Comissão de Regimento e Normas: Procuradores de Justiça Francisco Neves Júnior, Presidente; Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Membro; e Silasneiton Gonçalves, Secretário.**

**7.3. Procedimento de Gestão Administrativa: 09.2023.00004255-4**

Assunto: Analisar a viabilidade da transformação da estrutura organizacional do DENG e DAEX/MPMS com a elevação do grau de classificação destes órgãos no organograma da instituição, passando do patamar de Departamento para Secretaria, e, por consequência, a transformação dos cargos de Assessor de Inteligência (símbolo MPAS-202-vago e disponível junto ao CI), em cargos de Diretor de Secretaria (MPDS-103).

**Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Nilza Gomes da Silva, Presidente; Antonio Siuffi Neto, Membro; e Edgar Roberto Lemos de Miranda, Secretário.**

**8. Assuntos Institucionais:**

**8.1. Ofício nº 0195/2023/CGMP/MS, de 15.3.2023.** O Corregedor-Geral do MP, Silvio Cesar Maluf, em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, encaminha a Vossa Excelência o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 05/CGMP/2022, publicado no DOMP nº 2806, de 15 de dezembro de 2022, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Campo Grande, Camapuã, Costa Rica, Paranaíba, Aparecida do Taboado e Inocência, para conhecimento.



## 8.2. Referendar as seguintes Portarias:

**1. Portaria nº e-207/2023-PGJ, de 6.3.2023**, que concedeu ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo a cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, a conversão em abono pecuniário de um terço das férias 10 (dez) dias, do período aquisitivo 2019/2020, nos dias 23.2 a 4.3.2023, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

**2. Portaria nº 828/2023-PGJ, de 24.2.2023**, que indeferiu, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias férias regulamentares ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo a cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídas no período de 6.3 a 4.4.2023, nos termos dos artigos 144 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

**3. Portaria nº 934/2023-PGJ, de 1º.3.2023**, que concedeu férias e conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente exercendo a cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, do período aquisitivo de 2021/2022, nos termos do artigo 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, tornando sem efeito a Portaria nº e-93/2023-PGJ, de 30.1.2023, conforme se segue: 10 (dez) dias a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2023; 10 (dez) dias de abono no período de 15 a 24.5.2023; e ainda, 10 (dez) dias a serem usufruídas no período de 11 a 20.9.2023.

**4. Portaria nº 1034/2023-PGJ, de 3.3.2023**, que concedeu férias ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, atualmente exercendo o cargo de Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público, 3 (três) dias de compensação nos dias 27 e 28.4 e 12.5.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 14 a 21.3.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 35/2015-PGJ, de 24.11.2015.

**5. Portaria nº 1640/2023-PGJ, de 4.4.2023**, que indeferiu, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de compensação de plantão ao Procurador de Justiça Silvio Cesar Maluf, atualmente ocupando o cargo do Corregedor-Geral do Ministério Público, que seriam usufruídos no período de 10.4 a 9.5.2023, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

## 8.3. Referendar as seguintes Portarias:

**1. Portaria nº 1149/2023-PGJ, de 13.3.2023**, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 1(um) dia de férias compensatórias no dia 13.3.2023, referente ao feriado forense de 20.1.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

**2. Portaria nº 1707/2023-PGJ, de 10.4.2023**, que concedeu ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, 19 (dezenove) dia de compensação de plantão, que foram usufruídas no período de 20.3 a 7.4.2023, nos termos do art. 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

**8.4. Referendar** a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Alexandre Magno Benites de Lacerda. (PGAs nºs 09.2023.00002680-0, 09.2023.00003742-9, 09.2023.00003743-0, 09.2023.00003744-0, 09.2023.00004058-9, 09.2023.00004233-2 e 09.2023.00004535-1).

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 38/2023/CSMP**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXV do art. 15, da Lei Complementar nº 72/94, comunica aos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, que dentro do prazo de **três dias**, a contar da publicação deste (não se aplicando o artigo 224 do CPC), receberá os requerimentos daqueles que pretendem se inscrever para compor a lista tríplice a ser submetida ao Procurador-Geral de Justiça para indicação de um membro que concorrerá à escolha para integrar o **Conselho Nacional de Justiça**, na vaga destinada aos membros dos Ministérios Públicos dos Estados, conforme inciso XI do artigo 103-B da Constituição Federal.

Campo Grande, 17 de maio de 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PAUTA DA 10ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 22 DE MAIO DE 2023.**

**1. Expedientes:**

**1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:**

**1. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000797-8.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010021-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001513-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003863-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00007637-3.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00006061-1.

**4. 28ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000779-0.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000919-8.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003337-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000533-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001850-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003048-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010907-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010928-1.



- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000668-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001018-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003795-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004096-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004561-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003960-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001238-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001470-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00003757-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011751-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003102-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004047-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003833-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008113-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009096-4.

**7. Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GAEDS:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00002546-9.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003275-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003641-5.

**9. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00002962-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003431-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00003779-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00007507-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008242-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00008435-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009327-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009729-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009732-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009795-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009843-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00009849-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010277-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010278-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00010975-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011374-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011378-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011983-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000289-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000454-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001006-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003024-7.

**10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001098-7.

**11. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001597-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00000574-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2022.00011499-5.



**12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001032-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00001361-8.

**1.2. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****1.2.1. CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004195-5:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002032-2.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001895-0.

**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001809-7.

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000878-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001325-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000147-0.

**43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001560-9.

**25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001576-4.

**7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000005-3.

**1.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004196-6:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00002356-0.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000431-1.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003448-2.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000209-4.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000204-7.

**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003666-9.

**Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001703-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000098-5.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000785-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaquiraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001414-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000031-6.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000236-9.

**1.2.3. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004194-4:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000086-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000442-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001196-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001546-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001877-5.

**Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000783-8.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000824-8.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000139-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Procedimento Preparativo nº 06.2021.00000861-5.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000812-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001144-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000034-9.

**1.2.4. CONSELHEIRA ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003317-7:****Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001682-9.

**67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001908-1.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001964-8.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00002167-6.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001868-6.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000019-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001908-5.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001321-8.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001400-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001417-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000065-0.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000141-5.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000176-0.

**17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000177-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000978-4.

**1.2.5. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004198-8:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

Inquérito Civil nº 06.2015.00000383-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2017.00001316-1.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002077-7.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001658-8.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000059-3.

**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00001331-0.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000541-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000036-3.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001289-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001155-3.

**42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000131-5.

**49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001534-2.

**1.2.6. CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00003319-9:****76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003524-8.

**7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003601-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001660-0.

**8ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000553-0.

**Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000868-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001301-8.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001376-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001470-6.

**Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001539-3.

**17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000102-6.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000160-4.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000193-7.

**43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001500-9.

**1.2.7. CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004206-5:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00003230-7.

**Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00000121-8.

**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001074-0.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001521-2.

**Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001662-2.

**26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campa Grande:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000988-0.

**7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00001045-4.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

Inquérito Civil nº 06.2020.00000541-4.

**Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000929-1.

**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000186-0.

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001594-2.

**2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00005657-7:****2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

Inquérito Civil nº 06.2021.00000102-2.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

Inquérito Civil nº 06.2022.00000053-8.

**2. Ordem do dia:****2.1. Comunicação de Acordos de Não Persecução Cível firmados em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase judicial, submetidos à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme artigo 5º, § 9º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:****• 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

Ofício nº 0201/2023/16PJ/DOS, de 29.3.2025.4.20233, o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados Ricardo Rotunno encaminha Acordo de Não Persecução Cível firmado com Ricardo de Mattos Sacco nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001986-0. (PA nº 09.2023.00003857-2)

**Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.****2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000741-0**

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Guia Lopes da Laguna/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade pela falta de professor no período vespertino, na Creche Vitalina Martinez, em Guia Lopes da Laguna/MS.

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001504-2**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: La Bici Comércio e Importação de Bicicletas Ltda (CNPJ 12.559.378/0001-09)



Assunto: Garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor La Bici, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campainha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001677-0 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Rio Negro

### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000744-5**

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a demanda reprimida por consultas em reumatologia adulto no Município de Campo Grande, baixa capacidade do Centro de Especialidades Médicas, hospitais públicos e conveniados ao SUS em reduzir a demanda existente e medidas a serem adotadas pelo Município de Campo Grande para reduzir a demanda atualmente existente.

### **5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000006-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Silvio Inácio de Souza

Assunto: Apurar desmatamento de 4,99 hectares em área de Vegetação Ciliar, na Fazenda São José, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 605/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

### **6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001511-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação da empresa NOVO ENGENHO COMUNICAÇÃO INTEGRADA, CNPJ nº 06.301.987/0001-60, pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, pelo valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para realização de serviços informativos e vinhetas a respeito do COVID-19, executados em rádios.

### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000856-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rene Rossi Fernandes e Cláudia Santos Fernandes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,50 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Vale Verde, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 140/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

## **2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002619-3 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001588-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso Do Sul

Requerido: Dovani Foroni Boldrin

Assunto: Apurar desmatamento de 2,94 hectares em área de Savana Arborizada sem Floresta-de-galeria, na Fazenda Pérola da Serra, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 528/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

### **3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000552-5**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Requerente: Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso do Sul - Sinmed-MS

Requerido: A apurar



Assunto: Apurar a notícia de descumprimento das disposições normativas veiculadas pela NOTA TÉCNICA GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 no Hospital Municipal de Naviraí, no que diz respeito ao tratamento de resíduos.

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000594-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Mosca Branca

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente da exploração de 53,07 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Mosca Branca em Bela Vista/MS.

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001094-3 – SIGILOS**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001424-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: H. M. Empreendimentos e participações empresariais LTDA

Assunto: Apurar as condições jurídico-ambientais na propriedade da Requerida empresa, constatada durante a execução do Projeto SOS Rios – Córrego Curupaí (Parecer nº 040/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS).

**7. Inquérito Civil nº 06.2021.00001007-6 – SIGILOS**

3ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia

**2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

**1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00008198-7 – SIGILOS**

Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial

**2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000577-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Altair José Gomes de Oliveira

Assunto: Apurar possível desmatamento de 25,69 hectares em área de Tensão Ecológica ou Contatos Florísticos de Savana/Mata, na Fazenda "Santa Luzia", em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 550/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000358-6**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Maria de Lourdes Messias Gomes

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as causas de transbordamento de esgoto nos pontos de n. 12, 14, 15 e 16 do laudo de vistoria n. 5.177/GFMA/SUFGA/SEMADUR/2020, os quais estão localizados no bairro Santo Antônio.

**4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001506-0 – SIGILOS**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

**2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

**1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000328-2**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual cobrança indevida de taxa de religação do fornecimento de água e energia elétrica pelas empresas de água e energia elétrica atuante neste Município.

**2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000104-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu





Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: Apurar eventual doação ilegal/irregular de imóveis públicos, e outras providências.

### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001768-7**

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande-MS

Assunto: Apurar as medidas a serem adotadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande com objetivo de reduzir a demanda reprimida por exames de ultrassonografia.

### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001888-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento de 2,24 hectares em área de Savana, na Fazenda Pouso Frio, em Figueirão/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 657/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**Advogado: Alessandro Consolaro – OAB/MS nº 7.973.**

### **5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000667-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos procedimentos licitatórios nº 48327/2017, 52.535/2017 e 52.363/2017, todos da Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS.

### **6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000885-5 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

## **2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

### **1. Inquérito Civil de nº 06.2018.00001738-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades constantes na Sindicância n.º 01/2013, oriunda da Prefeitura Municipal de Rio Negro/MS, sobretudo no que tange o eventual desvio de verbas públicas pelo Secretário de Saúde, à época IC n.º 06/2014.

### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001912-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerentes: CAOMA Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente e 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã

Requerido: Nivaldo Antonio Rosseto Junior

Assunto: Apurar desmatamento de 2,65 hectares em área de Savana Arborizada com floresta de galeria, na Fazenda Pantera, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 576/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

### **3. Inquérito Civil de nº 06.2021.00001131-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação ao princípio administrativo da impessoalidade por parte do Chefe do Executivo Municipal, mediante utilização de lema de sua gestão em estampa de uniformes distribuídos a alunos da rede municipal de ensino.

### **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000106-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerida: Eudete Candida Nogueira

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal de 4,96 hectares, ocorrido no ano de 2021, na Fazenda Córrego da Pedra, localizada em Figueirão, de propriedade de Eudete Candida Nogueira, conforme Laudo Técnico 146/2021/NUGEO.

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000444-5**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Kleber Sampaio

Promotora de Justiça: Luz Marina Borges Maciel Pinheiro

Assunto: Apurar o desmatamento possivelmente ilegal de 1,6 hectares de vegetação nativa ocorrido no imóvel rural denominado Fazenda Guariroba Área Remanescente (Parte A), objeto do CARMS 0000552.

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001308-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdemar Adriano Stobienia

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 7,70 hectares em área do Bioma Mata Atlântica, na Estância Santa Terezinha, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 370/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001585-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Carlos de Moraes

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 18,54 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada Florestada, Vegetação Ciliar Aluvial e Área Antrópica pecuária, na Fazenda Córrego Azul, em Paraíso das Águas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer n. 431/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

### **2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000523-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Valdir Francelli e outra

Assunto: Apurar possível desmatamento de 84,07ha, sem prévia autorização do Órgão ambiental competente, ocorrido na Fazenda Canaã, de propriedade da Senhora Rossana Guirelli Francelli, localizada no Município de Aquidauana.

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001398-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Agropecuária Comin Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente na supressão vegetal de 50 hectares em desacordo com autorização do órgão competente, bem como corte de madeira protegida por legislação específica (Portaria nº 83/91) em desacordo com determinação legal, na Fazenda Indiana, situado no município de Bodoquena-MS.

**Advogadas: Vanessa Ribeiro Lopes – OAB/MS nº 7.878 e Denise Felício Coelho – OAB/MS nº 11.571.**

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000149-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Sandro Cícero Skawinski

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,1 hectares de vegetação de área de preservação permanente do Córrego Bálsamo, na Fazenda São João Novo (Parte B), em Rochedo/MS.

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001372-9**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Município de Campo Grande - MS

Assunto: Apurar as intervenções da Área de Preservação Permanente do Córrego Cascudo, localizada entre a Rua Pio Rojas, Avenida Rachid Neder e Rua São Leopoldo, nesta capital, em imóveis objeto do processo de desapropriação nº 17915/2019-83.

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001423-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Maria Jacira Ravazzi Estrela e Odair Carlos Ravazzi

Rodolfo Ravazzi, Claudenir Rodrigues Fortunato

Assunto: Apurar desmatamento de 0,20 hectares de vegetação objeto de preservação permanente do bioma Mata Atlântica, na Gleba Ajuricaba, em Jateí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 199/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 42/5ª CIA/BPMA/2021.

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000240-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ronilson Mota Dourado

Assunto: Promover a intervenção ambiental adequada para recuperação da nascente nº 207, localizada na Fazenda 4R III, no município de Chapadão do Sul.

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001014-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação de empresas de engenharia pela Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul, mediante inexigibilidade de processo licitatório.

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001906-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica/MS

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(a): Augusto Carlos Fernandes Alves

Assunto: Apurar a supressão vegetal e destruição de área de preservação permanente na Fazenda Alegria de propriedade de Augusto Carlos Fernandes Alves, localizada no município de Costa Rica/MS.

### **2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000599-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Carlos da Silva

Assunto: Apurar o desmatamento de aproximadamente 9,24 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão competente, realizado na Fazenda Santa Rosa, de propriedade de Antônio Carlos da Silva, localizada no município de São Gabriel do Oeste/MS.

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000418-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Horácio Zanon

Assunto: Apurar desmatamento de 1,01 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial, 94,88 hectares de Savana Arborizada com Floresta-de-galeria e 46,28 hectares de Savana Arborizada sem Floresta-de-galeria, na Fazenda Mateira, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 23/2020/NUGEO e Parecer n. 688/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

#### **3. Inquérito Civil n. 06.2021.00000085-6**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dirceu Garcia Dias

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa por médico no Hospital Nossa Senhora Auxiliadora.

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000758-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorival Filipini

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Tamburi, decorrente da existência de processos erosivos em área antropizada e nas adjacências de nascente e gado apascentado em área de preservação permanente e reserva legal, conforme Auto de Infração n. 3617 e Relatório de Fiscalização Ambiental n. 71/6ªCia/BPMA/2021 e 15/2ºPel/6ªCia/BPMA/2022.

**Advogado: Flaviano Sanchez Soga Sanches Fabri – OAB/MS nº 167.411.**

### **2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000283-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Clodoaldo Pedroso e Tania Cleide Kuhn Pedroso

Assunto: Apurar dano ambiental em área de preservação permanente, no imóvel rural denominado "Sítio Itajú - Gleba B", no município de Aquidauana (Ficha 590 - SOS Rios).

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000258-3 – SIGILOSO**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001204-8**

76ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação de Amparo a Maternidade e a Infância - Maternidade Candido Mariano e Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar as medidas adotadas pela Associação de Amparo à Maternidade e a Infância – AAMI (Maternidade Cândido Mariano), visando a adequação da estrutura para atendimento do parto humanizado.

**Advogado: Marcelo Soriano – OAB/MS nº 7.552B**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000135-9**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Antonio Carlos Silva Sampaio

Requerido: Tales Nolasco Santos Freire

Assunto: Apurar dano ambiental ocorrido no imóvel urbano situado na Estrada EW 02, Lote 19, Quadra G 7, inscrição imobiliária n. 24060220197, em Campo Grande/MS.

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000346-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Requerido: Armando Bianchessi

Assunto: Apurar irregularidade consistente em supressão ilegal em área remanescente, fora de reserva legal, na Fazenda Fazendinha II, no município de Paraíso das Águas/MS.

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001499-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Gabriel dos Santos Cristianini e Mateus dos Santos Cristianini

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Rosana", relativamente à constituição de sua área de reserva legal em observância à legislação vigente e apurar danos ambientais decorrentes de desmatamento de vegetação nativa sem a devida autorização/licença ambiental, no município de Ponta Porã/MS.

**2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000025-2**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Guia Lopes da Laguna/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes da necessidade de realização de concurso público para composição do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Vereadores de Guia Lopes da Laguna/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000864-4 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001322-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

**4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000020-8**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Pieguela Echeverria Ziolkowski

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 03, Quadra 17, localizado na Rua Renato Vinholes Ferreira, em Campo Grande/MS, matrícula nº 94.898 inscrita no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição, inscrição imobiliária nº 9100020030.

**Advogado: João Augusto Barbosa Vieira – OAB/MS nº 16.805.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000804-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar veracidade de denúncia relativa aos gastos exacerbados efetuados com locação de maquinários pelo Município de Nioaque/MS.

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000955-8**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S.A.

Assunto: Apurar sobre eventual inobservância da empresa Águas Guariroba quanto à falta de opção dada aos consumidores para troca da data de vencimento das faturas.

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000221-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lucero Administradora de Bens Ltda., João Cirilo Benites

Assunto: Apurar a supressão vegetal de aproximadamente 2,53 hectares de bioma Mata Atlântica ocorrido no imóvel rural Fazenda Rancho Esperança, bem como a regularização da situação jurídica-ambiental da propriedade rural.



**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 8ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, INICIADA EM 24 DE ABRIL DE 2023.**

**2. Ordem do dia:**

**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

**2.1.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000915-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no contrato nº 167/2017 firmado entre a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos AGESUL e a empresa Santa Cruz Construções e Terraplanagem LTDA, que tem por objeto a implantação de rodovia com revestimento primário e drenagem, trecho da MS 306 do Município de Cassilândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CASSILÂNDIA - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO Nº 167/2017, FIRMADO ENTRE A AGESUL E A EMPRESA SANTA CRUZ CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO CONTRATO CELEBRADO - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, observa-se que as irregularidades apontadas não foram confirmadas pelo órgão de execução, ante a inexistência de elementos concretos que comprovem irregularidades no contrato investigado. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001260-4**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Manoel Romão

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 72 e 74 da Quadra 76, e dos Lotes 64,65 e 67 da Quadra 80, do município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DOS LOTES INTEGRANTES DA FAZENDA BARRA DO COCO - EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO MANEJO INADEQUADO DO SOLO E DA VEGETAÇÃO NATIVA DO IMÓVEL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades constantes na portaria do inquérito civil foram objeto de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001404-7, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000049-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Apurar

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, em razão da alta de cobrança de tributo sobre parcela remuneratória de servidores e repasse dos valores ao INSS, o que resultou em encargos e multas de natureza tributária, que geraram prejuízo ao erário do Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO NEGRO - APURAR A SUPOSTA OCORRÊNCIA DE





IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DO REPASSE IRREGULAR DE VALORES AO INSS - MUNICÍPIO DE CORGUINHO - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS PELO DAEX AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, observa-se que as irregularidades apontadas não foram confirmadas pelo órgão de execução, ante a inexistência de elementos concretos que comprovem a prática de atos de improbidade administrativa pela Prefeitura Municipal de Corguinho. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007- PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000654-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: L.R. Agropecuária Ltda e Luciano Dantas Bellodi

Assunto: Apurar o déficit de aproximadamente 386,85 hectares em Reserva Legal, ausência de 21,97 em APPs, na Fazenda Santa Helena do Pindó em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 029/2020/CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupaí).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR A SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO ARBÓREA Densa EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL NA “FAZENDA SANTA HELENA DO PINDÓ”, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002257-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas ajustadas. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000822-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Health Brasil Inteligência em Saúde Ltda (antiga HBR Medical Equipamentos Hospitalares Ltda), e Município de Ponta Porã Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução da contratação sob nº 134/2014 e da respectiva prorrogação celebradas a partir do Pregão Presencial nº 077/2014 (Processo Administrativo nº 17.792/2014) instaurado pelo Município de Ponta Porã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS PELO DAEX - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, observa-se que não há justa causa para o prosseguimento do feito, haja vista que não foram constatadas irregularidades na contratação sob nº 134/2014 e nas respectivas prorrogações celebradas a partir do Pregão Presencial nº 077/2014, instaurado pelo Município de Ponta Porã. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001510-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cleilson Ricarte Pereira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de árvores no interior da reserva legal da Fazenda Bom Jesus de Nazaré (parte), em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Auto de Infração nº 6221/IMASUL.





EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE ÁRVORES NO INTERIOR DA RESERVA LEGAL DA FAZENDA BOM JESUS DE NAZARÉ, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00001495-8, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000322-4

1ª Promotoria de Justiça Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as circunstâncias da venda do imóvel localizado na Rua General Mendes de Moraes, nº 93, Coxim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VENDA DE IMÓVEL AO PREFEITO MUNICIPAL DE COXIM - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - FATOS QUE NÃO CONFIGURAM LESÃO OU AMEAÇA AOS DIREITOS TUTELADOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que os fatos noticiados ocorreram anteriormente ao início do mandato do Prefeito, tratando-se de desavenças pessoais que não cabe ao Ministério intervir, ante a inexistência de violação ao patrimônio público. 2. Diante da ausência de lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público, não há razões para o prosseguimento do feito ou ajuizamento de ação cabível. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

### 2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

#### 1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000299-5

2ª Promotoria de Justiça Criminal Residual da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Idevaldo Garcia Leal Junior

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar "falhas" na condução da investigação Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 0003302-83.2017.8.12.0114 e sua conclusão de arquivamento, notadamente em razão de suposta falta de imparcialidade de servidores e agentes públicos que atuaram no caso.

**Advogado: João Pedro dos Santos Seade - OAB/MS nº 23.274.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do presente recurso, mantendo-se o arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000473-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jardim

Assunto: Apurar a falta de repasses das contribuições previdenciárias devidas pela Prefeitura Municipal de Jardim ao Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jardim/MS - IPJ e possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JARDIM (MS) - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES FACE A RETENÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DESTINADAS AO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS APESAR DE DESCONTADOS EM FOLHAS SALARIAIS - REGULARIZAÇÃO CONSTATADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Trata-se de Inquérito Civil iniciado com a finalidade de apurar irregularidades pela retenção de contribuições previdenciárias destinadas ao Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Jardim (MS) - IPJ, passíveis de configurar como atos de improbidade administrativa. Denota-se dos autos, que após a intervenção do órgão de execução e a realização de



diversas diligências, as medidas necessárias para regularizar as contribuições do Poder Executivo Municipal às entidades nacionais e estaduais de representação foram adotadas. Desta feita, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo Parquet. Acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001162-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Geraldo Kosinski

Assunto: Apurar desmatamento de 1,35 em área de Reserva Legal proposta e Remanescente de Vegetação Nativa, na Fazenda Pontal do Boiadeiro em Chapadão do Sul, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Programa DNA Ambiental. Parecer nº 352/20/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - APURAR DESMATAMENTO IRREGULAR NA FAZENDA PONTAL DO BOIADEIRO - MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL (MS) - ART. 67 DA LEI N.º 12.651 DE 25 DE MAIO DE 2012 - PROPRIEDADE MENOR QUE 01 MÓDULO FISCAL - ISENÇÃO DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE RESERVA LEGAL - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ACIMA DO PERCENTUAL OBRIGATÓRIO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 03/2013 - DANO DE REPERCUSSÃO SOCIOECONÔMICO IRRISÓRIO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, instaurado em ocasião do Programa “DNA AMBIENTAL”, para apurar o desmatamento de 1,35 hectares em área de Reserva Legal proposta e Remanescente de Vegetação Nativa, sem autorização do Órgão Ambiental Competente, considerando o parecer do NUGEO n.º 352/20, na Fazenda de propriedade do Sr. Geraldo Kosinski, denominada “Pontal do Boiadeiro”, localizada no Município de Chapadão do Sul (MS). 2. Do compulsar dos autos, verifica-se que a propriedade em questão possui menos de 01 Módulo Fiscal, e, se encontra em conformidade com o que preceitua o art. 67 da Lei n.º 12.651 de 25 de maio de 2012, não sendo necessária a recomposição. Logo, está isenta em atender o mínimo legal, fixado em 20% para Reserva Legal. 3. Ainda, restou comprovado nos autos a inexistência de dano ambiental que imponha sua recomposição no imóvel rural investigado, uma vez que a supressão vegetal noticiada não gerou expressiva repercussão socioeconômica, de modo que o proprietário explora a atividade rural para sustento próprio, não obtendo proveito econômico relevante pelo corte da vegetação, sendo desnecessária qualquer intervenção legal, já que a delimitação da reserva legal a maior equivale a reposição da extensão suprimida. 4. Portanto, aplica-se no caso dos autos a fundamentação do Enunciado nº 03/2013 do CSMP, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000061-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Helena Jorge Salomão Nery e Jefferson Jorge Salomão

Assunto: Apurar desmatamento de 17,03 hectares em área de Reserva Legal proposta na Fazenda São Felício II, em Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n.º 329/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2021).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL - PROGRAMA DNA AMBIENTAL 2021 - APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA SÃO FELÍCIO II - MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL (MS) - SUPRESSÃO DE 19,95 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ENUNCIADO N.º 9 CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, instaurado em ocasião do Programa “DNA AMBIENTAL 2021”, para apurar o desmatamento de 19,95 hectares em área de Reserva Legal sem autorização do Órgão Ambiental Competente, considerando o Laudo Técnico do NUGEO nº 29/21/NUGEO, na Fazenda de propriedade de Helena Jorge Salomão Nery e Jefferson Jorge Salomão, denominada “FAZENDA SÃO FELÍCIO II”, localizada no Município de Chapadão do Sul (MS). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC



celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002346-8 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### **5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000143-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Saturnino Silvério Pereira

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Cascalho do Puricicaba, em Paraíso das Águas/MS, consistente na supressão de 1,65 hectares de remanescente de vegetação nativa em área de Reserva Legal proposta, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 134/21/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2021) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 82/2021/2º GPMA/Costa Rica/MS.

EMENTA: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL - INQUÉRITO CIVIL - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA CASCALHO DO PURICICABA - MUNICÍPIO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS (MS) - SUPRESSÃO DE 1,65 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado em ocasião do Programa “DNA AMBIENTAL 2021”, para apurar o desmatamento de hectares em área de Reserva Legal sem autorização do Órgão Ambiental Competente, considerando o Laudo Técnico do NUGEO, na Fazenda de propriedade de, denominada “Cascalho do Puricicaba”, localizada no Município de Paraíso das Águas (MS). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Condução celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº09.2023.00002350-2 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### **2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**

#### **1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00007037-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Recorrente: Thiago Angelo Santo Pietro

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Requerimento formulado pelo Requerente de remessa de cópia de decisão não constante dos autos da Notícia de Fato em referência, para conhecimento por se tratar de consulta pública.

**Retirado desta sessão de julgamento virtual em razão do pedido do Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa para inclusão em pauta presencial.**

#### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000238-3 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001495-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Walfrido Rodrigues

Assunto: Coletar informações, subsídios e elementos de convicção acerca do recebimento de 100 (cem) dúzias de lascas de aroeiras equivalentes à 20,69 metros cúbicos de madeiras transportada com Documento de Origem Florestal (DOF) nº 17151551 1775186 falso, conforme levantamento do Núcleo de Inteligência do IBAMA/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AQUIDAUANA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL IRREGULARIDADE, CONSISTENTE NO RECEBIMENTO DE 100 (CEM) DÚZIAS DE LASCAS DE AROEIRAS, CONFORME LEVANTAMENTO DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DO IBAMA/MS - APURAÇÃO PELO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO - DECISÃO FINAL PELA INSUBSISTÊNCIA DO AI Nº



9146865-E E PELA DESCONSTITUIÇÃO DA APREENSÃO LEVADA A EFEITO PELO TERMO DE APREENSÃO 758335-E - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A MANUTENÇÃO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Observa-se, pois, que os fatos analisados no bojo deste procedimento foram abrangidos pelo Processo nº 02014.000336/2018-86, oriundo do IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, oportunidade em que em sua decisão final (fls. 152/156), concluiu-se pela inexistência de responsabilidade do proprietário do imóvel rural, tornando-se, inclusive, insubsistente a atuação administrativa (AI 9146865-E) e a respectiva apreensão da madeira (Termo de Apreensão 758335-E). Ademais, o requerido apresentou a respectiva inscrição no CAR sob o nº CARMS0063288 (fls. 54/55).

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001109-0

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Assunto: Apuração das condições de segurança do torcedor no Estádio "Jacques da Luz" - "Moreninha", localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual seria utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série B - Edição 2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TORCEDOR NO ESTÁDIO MUNICIPAL "JACQUES DA LUZ" - "MORENINHA" - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, constata-se a ausência de fundamentos para a manutenção do presente feito, haja vista o término do campeonato de futebol sediado no Estádio Jacques da Luz "Moreninha", realizado dentro das normas legais pertinentes, e em observância ao recomendado pelo Parquet. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2017.00002387-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados em lote urbano situado no Distrito de "Fala Verdade", no Município de Corguinho, pertencente a Zeferino Centurion.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO NEGRO - APURAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS EM LOTE URBANO SITUADO NO DISTRITO DE "FALA VERDADE", NO MUNICÍPIO DE CORGUINHO - LOTE INSERIDO EM ÁREA CONSOLIDADA DENTRO DO PERÍMETRO URBANO - POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO - AGUARDANDO ANÁLISE DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Diante da constatação do local estar abandonado, assim como restando demonstrado que inexistia herdeiro legalmente constituído que se tenha responsabilizado por tal, restou determinada a expedição de ofício à representante do Município de Corguinho, solicitando a remoção total das construções existentes na área de preservação permanente do imóvel, em especial aquelas constantes da ficha em referência, no prazo de três meses após sua apresentação (fls. 155/160). Ocorre que, até o presente momento, a Municipalidade não adotou nenhuma providência acerca da retirada da construção da área. Desse modo, tendo em vista que o lote está inserido dentro do perímetro urbano, verifica-se estar pendente a análise pelos órgãos competentes quanto à necessidade de retirada ou não da construção da área em questão. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento e pela baixa dos autos à Promotoria de Justiça origem, a fim de que se proceda a diligência sugerida, notadamente, ante a falta de resposta do Município de Corguinho.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, a fim de que se proceda a diligência nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000307-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Glória de Dourados, FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura





Assunto: Apurar eventual ilegalidade do Edital nº 001/2021, atinente ao indeferimento das inscrições de determinados candidatos sem base legal e/ou sem previsão no Edital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL ILEGALIDADE DO EDITAL Nº 001/2021, ATINENTE AO INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DE DETERMINADOS CANDIDATOS SEM BASE LEGAL E/OU SEM PREVISÃO NO EDITAL - DILIGÊNCIAS DEVIDAMENTE PROMOVIDAS PELO PARQUET - DOLO DE AGENTES PÚBLICOS NÃO EVIDENCIADO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Observa-se que o Edital de concurso público nº 001/2021, não previu qualquer impedimento para candidatos que fossem parentes de membros da Comissão do Concurso, mesmo que alguns candidatos tenham suportado prejuízo financeiro, vez que tenham despendido valores financeiros para o pagamento das inscrições, ou seja, ainda que, tanto a empresa organizadora do concurso público quanto a Administração Municipal, devessem ter observado nas normas previstas no Edital em relação a eventuais impedimentos de membros da Comissão, evitando-se irregularidades administrativas no concurso público, não é o caso de se falar em nulidade do pleito, por interesse coletivo, para os fins de Ação Civil Pública. Impende frisar, pois, que, mesmo não havendo previsão de tal impedimento no Edital, não seria a hipótese de anulação judicial do concurso público, pela presente via jurídica. Sendo assim, somente seria admissível falar-se em improbidade administrativa se a administração pública agisse de modo consciente e voluntário, para eventual enriquecimento ilícito, lesasse o erário ou violasse princípio regente da Administração. Não sendo o caso, não há falar-se em improbidade administrativa sem que tenha havido deliberada má-fé de funcionários públicos na realização do certame. Sem prejuízo, no entanto, que os interessados lesados postulem individualmente o ressarcimento dos valores gastos com as inscrições e demais eventuais outros direitos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001516-7

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Apurar adequação das ambulâncias quanto aos requisitos mínimos para o transporte de enfermos e irregularidades no Hospital e Maternidade Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE INOCÊNCIA - APURAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DAS AMBULÂNCIAS QUANTO AOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA O TRANSPORTE DE ENFERMOS E IRREGULARIDADES NO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC EM DESACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - DILIGÊNCIAS FALTANTES NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DA ENTIDADE A SER BENEFICIADA COM A MULTA POR DESCUMPRIMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) se encontra em desacordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, visto que não foi nomeada instituição a ser beneficiada com a sanção pecuniária decorrente de eventual descumprimento. Desse modo, torna-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que se proceda à adequação mediante aditamento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Compromissário, para se definir a instituição a ser beneficiada com eventual sanção pecuniária. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para às providências pertinentes, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

##### 1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000060-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste

Assunto: Verificar a regularidade ambiental do cemitério municipal de São Gabriel do Oeste/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - AMBIENTAL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - VERIFICAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DO CEMITÉRIO MUNICIPAL - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Declarações no sentido de que a ampliação do cemitério poderia causar danos ambientais em razão da proximidade com curso d'água. Vistoria técnica que atesta que a maneira como as sepulturas são construídas



não geram risco de contaminação do solo ou lençol freático. Intervenção nas edificações. Declaração de isenção de licenciamento ambiental. Inexistências de outras diligências a serem adotadas. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002181-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de empresa pelo Município de Bodoquena, em meados de 2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE MIRANDA - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PELO MUNICÍPIO DE BODOQUENA, EM MEADOS DE 2016 - RECOMENDAÇÃO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Contratação de empresa sem o respectivo procedimento administrativo. Ausência de quaisquer registros junto à administração pública. Ação de cobrança ajuizada pela empresa contratada em desfavor do Município de Bodoquena. Cumprimento de sentença ajuizado e finalizado. Recomendação Ministerial para que a Administração Municipal observe os regramentos previsto em Lei para as contratações mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação. Recomendação integralmente acatada. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002942-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na área de reserva legal do assentamento Santa Renata, em Tacuru/MS, e viabilizar sua integral recuperação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE IGUATEMI - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA ÁREA DE RESERVA LEGAL DO ASSENTAMENTO SANTA RENATA, EM TACURU - PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTA RENATA - PROPRIEDADE DO INCRA - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Área desmatada em Projeto de Assentamento rural. Déficit em área de Reserva Legal. Propriedade do INCRA, autarquia federal. Competência do Ministério Público Federal. Projeto de Assentamento que não contempla os supostos proprietários da área. Necessidade de fiscalização do órgão federal. Enunciado 16 do CSMP. Declínio de atribuição.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000884-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar os fatos noticiados pelo Sitpremi, acerca de supostas irregularidades, em tese, praticadas pelo Executivo Municipal de Miranda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE MIRANDA - APURAR OS FATOS NOTICIADOS PELO SITPREMI, ACERCA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES, EM TESE, PRATICADAS PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DE MIRANDA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - RECOMENDAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Contratação de servidores temporários para provimento de vagas puras sem concurso público. Recomendação Ministerial para realização de concurso público. Recomendação integralmente acatada. Abertura de concurso público para provimento de quadro de servidores. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001264-8



Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público do Mato Grosso do Sul

Requerido: Walter Uzan

Assunto: Apurar a regularidade ambiental dos Lotes 38, 64, 66 e 68 da Quadra 76 e o Lote 63, da Quadra 80, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa dos referidos imóveis rurais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DOS LOTES 38, 64, 66 E 68 DA QUADRA 76 E O LOTE 63, DA QUADRA 80, DO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS, BEM COMO EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO MANEJO INADEQUADO DO SOLO E DA VEGETAÇÃO NATIVA DOS REFERIDOS IMÓVEIS RURAIS - PROJETO CABURÉ - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO DE CARÁTER FISCALIZATÓRIO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Identificação de processos erosivos em estado avançado na nascente de curso hídrico. Propriedade inscrita no CAR. Apresentado PRADA. Obrigação de promover medidas para regeneração natural. Indenização dos passivos ambientais. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001712-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã e Figueirão

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Portal da Transparência dos municípios de Camapuã e Figueirão, constatadas a partir do recebimento de documentação referente ao 4º Ranking Estadual dos Portais da Transparência do Estado de Mato Grosso do Sul e municípios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE CAMAPUÃ E FIGUEIRÃO, CONSTATADA A PARTIR DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO 4º RANKING ESTADUAL DOS PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E MUNICÍPIOS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - RECOMENDAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Portal da Transparência dos Municípios de Camapuã e Figueirão que não estava em conformidade com a legislação vigente. Recomendação Ministerial visando a adoção das medidas necessárias e pertinentes para garantir transparência de informações. Recomendações integralmente acatadas. Irregularidades sanadas. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000034-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social a comarca de Corumbá

Requerente: Augusto do Amaral

Requeridos: Câmara Municipal de Corumbá e outros

Assunto: Apurar irregularidades quanto a utilização de verba de gabinete para custeio de locação de imóvel para fins de gabinete, em desconformidade com a Lei Municipal nº 2.380/2014 e Resolução nº 743 e 744/2017, por Vereadores de Corumbá/MS, no período compreendido entre 2017 e abril de 2019.

**Advogados: Jean Carlos Soares de Medeiros - OAB/MS nº 25.656 e Marcio Rômulo dos Santos Saldanha - OAB/MS nº 12.046.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE CORUMBÁ - APURAR IRREGULARIDADES QUANTO A UTILIZAÇÃO DE VERBA DE GABINETE PARA CUSTEIO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS DE GABINETE, EM DESCONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.380/2014 E RESOLUÇÃO Nº 743 E 744/2017, POR VEREADORES DE CORUMBÁ, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 2017 E ABRIL DE 2019 - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Comprovação de que os imóveis locados foram utilizados pelos vereadores para atendimento externo. Ausência de elementos que indiquem que os valores estavam acima dos valores de mercado. Verba indenizatória para custeio das atividades parlamentares dos vereadores. Não comprovação de malversação ou enriquecimento ilícito. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção





de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2020.00001090-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ita Terra.

Assunto: Apurar conduta irregular praticada pela empresa Ita Terra, de propriedade de Itamar Mazina, durante processo de desmatamento na Fazenda Bonito Parte.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE BONITO - APURAR CONDUTA IRREGULAR PRATICADA PELA EMPRESA ITA TERRA DURANTE PROCESSO DE DESMATAMENTO NA FAZENDA BONITO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO DE CARÁTER FISCALIZATÓRIO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Conduta irresponsável da empresa de tratores que realizou desmatamento em propriedade que não contava com autorização ambiental. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Compromisso de verificar se os proprietários contratantes contam com autorização ambiental para desmatamento. Obrigação de indenização ambiental mediante prestação de serviços por meio de maquinários da empresa. Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2021.00000030-1

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Luzia Ferreira Dias

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda “Fundão”, decorrente de suposta supressão irregular de vegetação nativa, acesso de semoventes em área de preservação permanente, conforme Auto de Infração nº 6.126 e Relatório de Informações Complementares nº 25/2ºPel/3ªCia BPMA/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE INOCÊNCIA - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA FUNDÃO, DECORRENTE DE SUPOSTA SUPRESSÃO IRREGULAR DE VEGETAÇÃO NATIVA, ACESSO DE SEMOVENTES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO E RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Propriedade inscrita no CARMS. Apresentado PRADA. Adoção das medidas necessárias para cessar a degradação ambiental. Relatório técnico que aponta que as irregularidades inicialmente verificadas foram sanadas. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2021.00000105-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Ivo Albrecht e Jorja Alves da Silva Albrecht

Assunto: Apurar o desmatamento de 1,40 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, na Agropecuária Atalaia, em Paraíso das Águas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 364/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - APURAR O DESMATAMENTO DE 1,40 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, NA AGROPECUÁRIA ATALAIA, EM PARAÍSO DAS ÁGUAS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROCEDIMENTO DE CARÁTER FISCALIZATÓRIO INSTAURADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligência suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental. Propriedade inscrita no CAR. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de recuperar e indenizar os danos ambientais causados.



Procedimento de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000147-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Moron

Assunto: Apurar a supressão da área de vegetação nativa de 4,19 hectares sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda São José da Piúva, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 5409/IMASUL. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE RIO VERDE - APURAR A SUPRESSÃO DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA DE 4,19 HECTARES SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL, NA FAZENDA SÃO JOSÉ PIÚVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do Inquérito Civil. Supressão vegetal em área remanescente de vegetação nativa e em APP sem autorização do órgão ambiental competente. Imóvel inscrito no CAR/MS. Celebrado TAC com observância aos requisitos e exigências legais. Obrigação de recuperar e indenizar os danos. Procedimento Administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Ilícito penal. ANPP que será submetido à homologação judicial. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 12. Inquérito Civil nº 06.2021.00001093-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Erminio Vendruscolo

Assunto: Apurar eventual prática de dano ambiental na propriedade denominada “Fazenda Cristo Rei”, localizada nesta cidade de Mundo Novo, em virtude de constatação de queimada de 2.345 m² em vegetação nativa, decorrente de incêndio, conforme se infere do Auto de Infração nº 1756, lavrado em 26/11/2019, Parecer nº 228/20/NUGEO, Relatório de Fiscalização Ambiental nº 006/3ºGPMA/2021, Ocorrência Policial nº 297/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE MUNDO NOVO - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE DENOMINADA “FAZENDA CRISTO REI”, EM VIRTUDE DE CONSTATAÇÃO DE QUEIMADA DE 2.345 METROS QUADRADOS EM VEGETAÇÃO NATIVA, DECORRENTE DE INCÊNDIO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do Inquérito Civil. Incêndio acidental que atingiu área de vegetação nativa passível de antropização. Propriedade inscrita no CARMS. Apresentado PRADA. Adoção das medidas necessárias para isolar e promover a regeneração natural da área. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 13. Inquérito Civil nº 06.2021.00001459-4

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Matos e Rocha Ltda ME.

Assunto: Apurar prática abusiva contra consumidores consistente na fixação de multa excessiva, oriunda de inadimplemento de contrato, em acordos e renegociações celebrados pela empresa Matos e Rocha Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - CONSUMIDOR - COMARCA DE CORUMBÁ - APURAR PRÁTICA ABUSIVA CONTRA CONSUMIDORES CONSISTENTE NA FIXAÇÃO DE MULTA EXCESSIVA, ORIUNDA DE INADIMPLEMENTO DE CONTRATO, EM ACORDOS E RENEGOCIAÇÕES CELEBRADOS PELA EMPRESA MATOS E ROCHA LTDA - CORREÇÃO VOLUNTÁRIA DA MULTA ABUSIVA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do inquérito civil. Empresa que aplicava multa sancionatória abusiva em acordos extrajudiciais. Extinção sem julgamento do mérito dos pedidos de homologação judicial de acordo. Empresa que cessou voluntariamente a atividade danosa. Ausência de fundamentos para se prosseguir com o feito. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da**



**Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**14. Inquérito Civil nº 06.2022.00000526-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto pagamento indevido realizado pelo município de Cassilândia à empresa Impulcetto & Impulcetto Elétrico Ltda, contratada por meio do Processo Administrativo nº 019/20, Tomada de Preço nº 01/20, conforme parecer jurídico nº 0264/2021.

INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO - COMARCA DE CASSILÂNDIA -APURAR SUPOSTO PAGAMENTO INDEVIDO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA À EMPRESA IMPULCETTO E IMPULCETTO ELÉTRICO LTDA, CONTRATADA POR MEIO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 019/20, TOMADA DE PREÇO N. 01/20, CONFORME PARECER JURÍDICO N. 0264/2021 -IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto do inquérito civil. Contratação de empresa para providenciar repetição de valores em favor do Município. Edital de licitação que previa estimativa de valores a serem recuperados e parâmetro para pagamento de honorários. Valor recuperados em quantidade superior a prevista no edital. Aplicação da estimativa proporcionalmente aos valores ressarcidos. Redação do certame licitatório que permite dupla interpretação. Pagamento devido sob pena de enriquecimento ilícito do Município. Precedentes STJ. Ausência de fundamentos para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**15. Inquérito Civil nº 06.2022.00000971-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bodoquena Aventura Ltda.

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do empreendimento Bodoquena Aventura Ltda, localizado no município de Bodoquena, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE MIRANDA - APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO BODOQUENA AVENTURA LTDA., LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA, A FIM DE QUE SEJAM ADOTADAS NECESSÁRIAS MEDIDAS À REGULARIZAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Atividade de turismo com captação superficial de água sem licença ambiental. Imóvel inscrito no CARMS. Notificação Administrativa. Posterior encerramento das atividades. Perda do objeto. Constatação técnica que aponta outros danos ambientais. Ausência de fundamentos para o prosseguimento do feito. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

**2.1.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

**1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000877-4**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Bataguassu

Assunto: Apurar eventual desvio de cirurgias do SUS para os meios particulares visando beneficiar determinado grupo de profissionais.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. APURAR O EVENTUAL DESVIO DE CIRURGIAS DO SUS PARA OS MEIOS PARTICULARES VISANDO BENEFICIAR DETERMINADO GRUPO DE PROFISSIONAIS - NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1.Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as supostas irregularidades apontadas na denúncia registrada e encaminhada através da Ouvidoria, não foram corroborados de forma que ensejasse a propositura de qualquer medida judicial, conforme se extrai da promoção de arquivamento elaborada pela promotoria de justiça de origem às fls. 225-231. 2. Não restou constatada qualquer violação ao interesse juridicamente tutelado. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de



arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

## 2. Inquérito Civil de nº 06.2018.00001721-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar eventual utilização de patrimônio público para pagamento de contas pessoais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DA POSSÍVEL UTILIZAÇÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA PAGAMENTO DE CONTAS PESSOAIS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO - NÃO CONSTATAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública ou a celebração de Acordo de Não Persecução Cível. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

## 3. Inquérito Civil de nº 06.2021.00000257-6

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar o aumento do número de recém-nascidos prematuros no Município de Campo Grande/MS, em razão da possível deficiência de atendimento prestado às gestantes pela Rede Municipal de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR O AUMENTO DO NÚMERO DE RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS, EM RAZÃO DA POSSÍVEL DEFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO PRESTADO ÀS GESTANTES PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ADEQUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONSTATADA - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que restou suficientemente comprovada a incontestável melhora e estruturação na rede municipal e estadual de saúde relativamente aos leitos de UTI neonatal, uma vez que foram implementados novos leitos de UTI neonatal em todo o Estado, não mais subsistindo notícias de casos de superlotação das UTIs. 2. Desta forma, verificada a melhora na estruturação e atendimento às gestantes de Campo Grande/MS, a ilustre representante deste Parquet optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade da propositura de qualquer medida judicial neste sentido. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001224-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Amer Farhat

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental na Fazenda Damasco, localizada no município de Nova Andradina/MS, CARMS 0015690, em decorrência da supressão de vegetação nativa sem a devida autorização legal por órgão ambiental competente.

EMENTA: APURAR O SUPOSTA SUPRESSÃO DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO LEGAL, NO INTERIOR DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "FAZENDA DAMASCO", LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA/MS - NÃO CONSTATAÇÃO DE DANO INDENIZÁVEL EM ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando





os autos, nota-se que o Inquérito Civil em questão foi instaurado para apurar possível supressão de área de vegetação nativa no interior de propriedade rural localizada no município de Nova Andradina/MS, no entanto, durante o deslinde do procedimento, foi devidamente constatada a inexistência dos supostos danos investigados. 2. Deste modo, inexistindo qualquer fundamento para a propositura de medida judicial a promotoria de origem decidiu promover o arquivamento do procedimento, remetendo os autos ao e. Conselho Superior para análise e possível homologação do com fundamento no Artigo 26, caput da Resolução 015/2007-PGJ. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000194-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adriano Florêncio Nunes

Assunto: Apurar a supressão de 5,0 hectares de vegetação nativa, no Assentamento Fama Lote 57 e 58, em Rio Verde de Mato Grosso/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 325/21/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPRESSÃO DE 5,0 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NO ASSENTAMENTO FAMA, LOTES 57 E 58, EM RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME SE EXTRAÍ DO LAUDO TÉCNICO REALIZADO PELO NUGEO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de nº 09.2023.00001496-9, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001231-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Barcellos e Filhos Ltda., Camila Freire Barcellos, Eduardo Augusto Barcellos, Magali Freire Barcellos, Mônica Freire Barcellos Harris

Assunto: Laudo Técnico nº 114/22/NUGEO DNA Ambiental (2021): Supressão de 42,94 Hectares de área consolidada (ID 950), no período entre 25/09/2021 e 07/12/2021, no interior do imóvel rural “FAZENDA TALISMÃ, SÃO MANOEL, METRATON, SANTA CLARA E GAVAI (PARTE)” (CARMS0017612), pertencente a Barcellos e Filhos LTDA., Camila Freire Barcellos, Eduardo Augusto Barcellos, Magali Freire Barcellos e Mônica Freire Barcellos Harris, sem licença ou autorização dos órgãos ambientes competentes.

EMENTA: APURAR EVENTUAL SUPRESSÃO DE 42,94 HECTARES DE ÁREA CONSOLIDADA (ID 950), NO LAPSO TEMPORAL COMPREENDIDO ENTRE 25/09/2021 E 07/12/2021, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA TALISMÃ, SÃO MANOEL, METRATON, SANTA CLARA E HAVAI, CARMS0017612 - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - ÁREA DE SUPRESSÃO ABRANGIDA POR PROJETO AUTORIZADOR - PERDA DO OBJETO - INEXISTÊNCIA DE FATOS IRREGULARES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, nota-se que o Inquérito Civil em questão foi instaurado para apurar possível supressão de 42,94 hectares de área consolidada, no lapso temporal compreendido entre 25/07/2021 e 07/12/2021, em imóvel rural localizado no município de Corumbá/MS, no entanto, durante o deslinde do procedimento, restou devidamente constatado que a área suprimida está abrangida pelo projeto de supressão previamente autorizado, o que resulta na perda do objeto sob investigação. 2. Deste modo, inexistindo qualquer fundamento para a propositura de medida judicial a promotoria de justiça de origem decidiu promover o arquivamento do procedimento, remetendo os autos ao e. Conselho Superior para análise e possível homologação do arquivamento, em cumprimento ao artigo 26, caput, da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000424-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Carlos de Almeida Roca

Assunto: Apurar a supressão de 3.600m² em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda 8 Flores, em Terenos/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 340/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPRESSÃO DE 3.600M² EM ÁREA DE RESERVA LEGAL PROPOSTA, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA 8 FLORES”, EM TERENOS/MS, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME SE EXTRAI DO LAUDO TÉCNICO EMITIDO PELO NUGEO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS AVENÇADAS NO TAC - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de nº 09.2022.00012368-3, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### **2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000208-7**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Rogério Feliciano Barbosa

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa pelo servidor público municipal de Ladário, Paulo Rogério Feliciano Barbosa, que usufruiu de licença para desempenho de atividade política no ano de 2020, mas sequer registrou candidatura ou participou das convenções partidárias, eis que inelegível em razão da sua cassação do cargo de vereador no ano de 2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MUNICÍPIO DE LADÁRIO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO SERVIDOR PÚBLICO P.R.F.B QUE USUFRUIU DE LICENÇA PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES POLÍTICAS NO ANO DE 2020, SEM REGISTRAR CANDIDATURA - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA LICENÇA DEVIDAMENTE REALIZADO - AFASTAMENTO POR MOTIVOS DE SAÚDE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos noticiados não foram comprovados, uma vez que após requerer a licença para desempenho em pleito eleitoral, o requerido necessitou de tratamento para doença psiquiátrica ficando impossibilitado de realizar atividades laborais. Destaca-se que ao solicitar o afastamento por motivos de saúde, o servidor pleiteou a revogação da licença, a qual só foi publicada no diário oficial do município meses após o deferimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **2.1.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2022.00007129-0**

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Três Lagoas

Recorrente: Anônimo

Recorridos: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. Sanesul e o Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar suposta negativa da SANESUL em fazer ligação de água em novos estabelecimentos sem a prévia aprovação da Prefeitura Municipal, de forma imotivada e arbitrária.



EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - DIREITOS HUMANOS - APURAR SUPOSTA NEGATIVA DA SANESUL EM FAZER LIGAÇÃO DE ÁGUA EM NOVOS ESTABELECIMENTOS SEM A PRÉVIA APROVAÇÃO DA PREFEITURA, DE FORMA IMOTIVADA E ARBITRÁRIA - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA - DENÚNCIA ANÔNIMA - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE VINCULA A ABERTURA DE NOVOS PONTOS À APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE - DANO EM ABSTRATO NÃO VERIFICADO - DESPROVIMENTO DO RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O desprovimento do recurso em notícia de fato e a consequente homologação da promoção de arquivamento se justificam porquanto inexistem elementos mínimos de prova ou de informações para início da apuração, notadamente por se tratar de denúncia anônima abstrata. A Sanesul demonstrou que cumpre fielmente a Lei Municipal n. 3.796/2021, a qual vincula a abertura de novos pontos de água à apresentação de documentação pertinente junto à Prefeitura Municipal, ausente, pois, dano in abstrato. Decisão em consonância com o art. 4º, inciso III, da Resolução nº 174/2017 do CNMP. Recurso desprovido. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo desprovimento do recurso em Notícia de Fato e pela homologação da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

## 2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00000575-9 - SIGILOSO

61ª Promotoria de Justiça Criminal Residual da comarca de Campo Grande

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não conhecimento do Recurso em Notícia de Fato, ante a incompetência do Conselho Superior do Ministério Público em matéria criminal e determinou a remessa do presente feito ao Procurador-Geral de Justiça para análise, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001764-3

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado de Saúde

Assunto: Apurar as medidas a serem adotadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande com o objetivo de reduzir a demanda reprimida por consultas em cardiologia adulta e cardiologia pediátrica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR DEMANDA REPRIMIDA POR CONSULTAS EM CARDIOLOGIA ADULTA E CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - MELHORIAS IMPLEMENTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - AUMENTO DO VOLUME DE ATENDIMENTOS - TEMPO DE ESPERA REDUZIDO SIGNIFICATIVAMENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foram adotados os esforços necessários para saneamento das irregularidades originalmente constatadas. Após atuação resolutiva do órgão de execução, houve implementação de melhorias pela administração pública, resultando em aumento expressivo do volume de atendimentos e diminuição significativa do prazo de espera para consulta na especialidade de cardiologia adulta e pediátrica. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

## 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000547-0

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar demanda reprimida por consultas e cirurgias na especialidade ginecologia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - SAÚDE PÚBLICA - APURAR DEMANDA REPRIMIDA POR CONSULTAS E CIRURGIAS NA ESPECIALIDADE GINECOLOGIA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - MELHORIAS IMPLEMENTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - ADITIVOS AOS CONTRATOS COM OS HOSPITAIS REFERÊNCIA - TEMPO DE ESPERA REDUZIDO SIGNIFICATIVAMENTE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, porquanto foram adotados os esforços necessários para saneamento das irregularidades originalmente constatadas. Após atuação resolutiva do órgão de execução, houve implementação de melhorias pela administração municipal, com a celebração de aditivos aos contratos com os hospitais de referência, o que permitiu reduzir significativamente o prazo de espera para atendimento na especialidade ginecologia. Promoção de arquivamento homologada.





**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000289-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Petyk & Cia Ltda. Petyk Eucalipto Tratado e Marlei Rosane Verdeiro

Assunto: Apurar desmatamento/queimada de 03 (três) hectares em área de pastagem e plantio de eucalipto, na Fazenda Estância das Palmeiras, em Batayporã/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Informações Complementares nº 025/3ºGPMA/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BATAYPORÃ - MEIO AMBIENTE - APURAR DESMATAMENTO POR FOGO DE 03 (TRÊS) HECTARES EM ÁREA DE PASTAGEM E PLANTIO DE EUCALIPTO - FAZENDA ESTÂNCIA DAS PALMEIRAS - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2021.00001374-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Nova Treviso Participações Ltda.

Assunto: Apurar o desmatamento irregular de 50,19 hectares na Fazenda Vista Alegre, de propriedade de Nova Treviso Participações Ltda., localizada no município de Aquidauana/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AQUIDAUANA - MEIO AMBIENTE - APURAR O DESMATAMENTO IRREGULAR DE 50,19 HECTARES NA FAZENDA VISTA ALEGRE - AUSÊNCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE - AUTORIZAÇÃO DO IMASUL PARA SUPRESSÃO VEGETAL DA ÁREA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do Inquérito Civil se justifica em razão da constatação da inexistência de dano ambiental, porquanto o proprietário possuía autorização do Imasul para realização da supressão vegetal na área desmatada. Decisão conforme o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00003445-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã/MS

Assunto: Apurar eventuais despesas irregulares praticadas na Secretaria Municipal de Saúde.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAIS DESPESAS IRREGULARES PRATICADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - MULTAS DE TRÂNSITO CUSTEADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA E ATENDIDA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto a recomendação expedida pelo órgão de execução foi devidamente acatada pela administração municipal, visando à instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta da servidora responsável, acarretando a perda do objeto do presente caderno investigatório. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000308-6 - SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível e determinou a devolução**



**dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2021.00001487-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Vanderlei Buzatto

Assunto: Apurar o desmatamento de 6,65 hectares no Sítio Santo Antônio, em Paraíso das Águas, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 296/20/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 72/2ºGPMA/COSTARICA-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL - MEIO AMBIENTE - APURAR O DESMATAMENTO DE 6,65 HECTARES NO SÍTIO SANTO ANTÔNIO - IRREGULARIDADE CONSTATADA - SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO - ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **2.1.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000534-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar má qualidade da pavimentação asfáltica no município de Nioaque, decorrente da Tomada de Preços nº 136/2020-DLO/AGESUL.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR MÁ QUALIDADE DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE NIOAQUE, DECORRENTE DA TOMADA DE PREÇOS N. 136/2020-DLO/AGESUL - IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Nota-se que não há justificativa para que o Procedimento Preparatório ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve adoção de providências por parte da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul) e do município de Nioaque, visando a melhoria da qualidade do asfalto implantado; 2. No mesmo sentido, não restou comprovado desvio de verbas públicas, visto que a obra de pavimentação asfáltica foi realizada; 3. Acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001231-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na prestação do serviço de transporte coletivo, urbano e rural, objeto do contrato de concessão nº047/2007, no município de Coxim/MS (IC nº 015/2013, migrado para o sistema SAJMP).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO, URBANO E RURAL, OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO N. 047/2007, NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - RECOMENDAÇÃO ATENDIDA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Observa-se que a Promotoria de Justiça de origem expediu a Recomendação nº 002/2019/1PJCX (fls. 563/570) ao Prefeito Municipal de Coxim, a fim de regularizar o transporte público do município, tendo o chefe do executivo informado, às fls. 643 e 657/658, o acatamento da recomendação



ministerial; 3. Diante disso, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, visto que após atuação resolutiva do Parquet de piso, o objeto da investigação esgotou-se; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001521-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Bela Vista/MS

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo Administrativo n. 19/2017 - Pregão Presencial n. 005/2017, onde sagrou-se vencedor o Restaurante HZÃO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 19/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2017, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA/MS, ONDE SAGROU-SE VENCEDOR O RESTAURANTE HZÃO - CONSTATAÇÕES APONTADAS NO RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FORAM DESCONSTITUÍDAS - NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES VISANDO A COMPLETA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se prematuro o arquivamento deste procedimento, visto que não se pode afirmar, com a certeza necessária, a não ocorrência de ato ímprobo; 2. Portanto, é de se convir que os dados coligidos neste procedimento são insuficientes, sendo necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para dar continuidade ao presente feito, mormente para a juntada de informações e documentos complementares, visto que as constatações apontadas no Relatório de Informação de fls. 208/228 não foram desconstituídas; 3. Ressalta-se que conforme estabelece o art. 26 da Resolução nº 15/2007-PGJ, o arquivamento do inquérito civil só ocorrerá após o esgotamento das diligências; 4. Promoção de arquivamento não homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000162-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Cassilândia

Assunto: Apurar a legalidade da contratação dos serviços de limpeza pública (contrato nº 001/2017, contrato nº 002/2017, contrato nº 116/2019 e ata de registro de preço nº 22/2019) pelo Município de Cassilândia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA (CONTRATOS N. 001/2017, 002/2017 E 116/2019 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 22/2019), PELO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA/MS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas no Feito, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas; 2. Nota-se que, de acordo com os documentos acostados nos autos, em especial o Relatório de Análise Contábil n. 009/DAEX/CORTEC-CE/2023 (fls. 2853/2872), não foi possível constatar qualquer evidência que comprovasse a prática de atos ímprobos ou irregularidades no processo de licitação e execução dos contratos junto às empresas de prestação de serviços de limpeza; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000238-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Anônimo

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar suposta prática de nepotismo e/ou tráfico de influência na contratação de Neusa Lopes Duarte, Fernanda



Duarte Medeiros, Elzita Ferreira dos Santos e Zulmira Vera Canale, pelo Município de Miranda.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO E/OU TRÁFICO DE INFLUÊNCIA NA CONTRATAÇÃO DE NEUSA LOPES DUARTE, FERNANDA DUARTE MEDEIROS, ELZITA FERREIRA DOS SANTOS E ZULMIRA VERA CANALE, PELO MUNICÍPIO DE MIRANDA/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES PARCIALMENTE CONSTATADAS E INTEGRALMENTE SANADAS - RECOMENDAÇÃO ATENDIDA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A irregularidade constatada no curso do inquérito civil foi sanada sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Após a expedição de Recomendação Ministerial (fls. 139/144) ao Prefeito Municipal, esta foi acatada, procedendo-se a exoneração da pessoa de Fernanda Duarte Medeiros dos quadros da administração pública municipal; 3. De outro visor, quanto às servidoras Elzita Ferreira dos Santos e Zulmira Vera Canale, não se verificou parentesco com a autoridade nomeante ou superior hierárquico, capaz de configurar hipótese de nepotismo. Do mesmo modo, não restou configurado favorecimento em relação à servidora Neusa Lopes Duarte, haja vista ser detentora de cargo efetivo; 4. Ante o exposto, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que houve o atendimento da Recomendação Ministerial e não foram observados outros pontos a serem sanados; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

#### 2.1.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

##### 1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001900-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades de utilização de poços artesianos no Município de Coxim/MS.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES DE UTILIZAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, voto pela não homologação da promoção de arquivamento e converto o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, consoante disposto no artigo 26, §6º, I, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça. 2. Sem prejuízo de outras diligências que o órgão de execução entender pertinentes, desde já, aponto como imprescindível que: a) Junte-se aos autos a resposta do IMASUL ao Ofício nº 0122/2023/02PJ/CXM; e b) Após, instaure-se Procedimento Administrativo para acompanhamento das providências do IMASUL com relação aos usuários de poços artesianos e semiartesianos do Município de Coxim/MS que não possuem a respectiva Outorga dos Direitos de Uso de Recursos Hídricos, em atenção à tabela de fls. 674-676, nos termos do artigo 1º e 3º, VII, da Resolução nº 005/2012-CPJ. VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, determinado a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para adoção das providências cabíveis, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

##### 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001319-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Neiva Aparecida dos Reis

Assunto: Apurar suposta realização de obras de engenharia (reforma) em Área de Preservação Permanente às margens do Rio Coxim, sem as devidas licenças ambientais, no pesqueiro de propriedade de Neiva Aparecida dos Reis.

**Advogado:** Darci Cristiano de Oliveira - OAB/MS nº 7.313.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA (REFORMA) EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE ÀS MARGENS DO RIO COXIM, SEM AS DEVIDAS LICENÇAS AMBIENTAIS, NO PESQUEIRO DE PROPRIEDADE DE NEIVA APARECIDA DOS REIS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NA ESFERA ADMINISTRATIVA. OBJETO ESGOTADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que houve a devida aplicação da penalidade administrativa perante o IMASUL à requerida, bem como já está sob análise do Município de Coxim/MS o requerimento para regularização fundiária do pesqueiro sob investigação. 2. Assim, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, o arquivamento do



feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001049-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Edvar José Deboni e Elair Alberto Deboni

Assunto: Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 6,15 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 30/03/2016 e 18/07/2016, sem a devida autorização ambiental, na Fazenda das Araras, localizada em Camapuã, de propriedade de Edvar José Deboni, conforme Parecer nº 693/19/Nugeo, Programa DNA Ambiental.

**Advogado: Orlando Rodrigues Junior - OAB/MS nº 9.255.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DESMATAMENTO DE 6,15 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, OCORRIDO ENTRE 30/03/2016 E 18/07/2016, SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, NA FAZENDA DAS ARARAS, LOCALIZADA EM CAMAPUÃ, DE PROPRIEDADE DE EDVAR JOSÉ DEBONI, CONFORME PARECER Nº 693/19/NUGEO, PROGRAMA DNA AMBIENTAL. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00002143-7 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

Campo Grande, 17 de maio de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 056/2023-SGP****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DECADÊNCIA** do direito de serem empossados dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do AVISO Nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no DOMP nº 2.654, de 28 de abril de 2022, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 055/2023-SGP, publicado no DOMP nº 2.893, de 11 de maio de 2023:

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BRUNA MORAIS DECKNIS	5º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - CIÊNCIAS ECONÔMICAS	ANA CAROLINA PIVATO CARDOSO	2º
CAMPO GRANDE	GRADUAÇÃO - SERVIÇO SOCIAL	KEILA VICENTE BENTO	3º
DOURADOS	GRADUAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO	VITOR DOS SANTOS LIMA	8º
CAARAPÓ	ENSINO MÉDIO	JOÃO ERIQUE FERREIRA ANTUNES	8º
DOURADOS	ENSINO MÉDIO	FERNANDO BEZERRA SALDIVAR CRISTALDO DE BARROS	24º
NAVIRAÍ	ENSINO MÉDIO	KELLY CORREIA BINDA	3º
PONTA PORÃ	ENSINO MÉDIO	ALANIS LOPES BENITES	12º

Campo Grande, 17 de maio de 2023.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 08/2023**

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00001695-6

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Biana Karina Barros da Costa

Donatário: Igreja Batista Getsêmani, representado por seu Pastor, Natanael Barbosa da Silva

Amparo legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 13 de março de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Notebook	6
2	Caixa acústica	2
3	Mini rack	1
<b>TOTAL DE ITENS</b>		<b>9</b>

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE MPMS E A AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

Processo nº 09.2023.00000594-8

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**;

2 - **AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR**, representada por sua Diretora de Fiscalização, **Eliane Aparecida de Castro Medeiros**.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

Objeto: Constituem o objeto do presente acordo em especial no que diz respeito à garantia de atendimento e observância das coberturas legais e contratuais para assegurar a assistência à saúde por planos privados.

Vigência: 02.05.2023 a 02.05.2026.

Data da assinatura: 2 de maio de 2023.



**EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/PGJ/2022, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2022**

Processo: 09.2023.00002166-0

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 - **SÁBIA E ROCHA LTDA.**, representada por **Sérgio Sábia Rocha**.

Amparo legal: Artigo 9º, inciso I, da Resolução nº 014/2011-PGJ.

Objeto: Cancelamento do registro de fornecedor da Ata de Registro de Preços nº 29/PGJ/2022, em conformidade com a Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, às fls. 792 a 795, do PGA nº 09.2023.00002166-0.

Data da assinatura: 17 de maio de 2023.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 40/2023.**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2023.00003893-9.

Compromitente: Ministério Público Estadual.

Compromissário: Município de Campo Grande – MS.

Objeto: Acompanhar a atuação do Município de Campo Grande no que tange à destinação final de animais domésticos em Campo Grande.

Campo Grande, 16 de Maio de 2023.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO.

Promotora de Justiça.

**DOURADOS****EDITAL N. 0002/2023/09PJ/DOS**

A 9ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas abaixo especificado.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2023.00005363-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requeridos: Município de Dourados, Município de Laguna Carapã.

Assunto: Registrar as visitas de inspeção realizadas junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (Dourados/MS e Laguna Carapã/MS), no ano de 2023.

Dourados/MS, 16 de maio de 2023.

FABRÍCIA BARBOSA LIMA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2023/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2022.00008440-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000478-2

Requerente: Sandro de Souza Sanchez, José Paulo Sabino Teixeira e outros.

Investigado: ADEGA & RAINHA DA SINUCA LTDA.

Assunto: Apurar os descumprimentos das normas do art. 104, do Código de Posturas Municipal, por parte do estabelecimento Adega da Rainha, localizado na Rua Hayel Bon Faker, 1848, bairro Jardim São Pedro, Dourados-MS, a fim de repelir ofensa a ordem pública..

Dourados, 16 de maio de 2023.

**RICARDO ROTUNNO**

Promotor de Justiça em substituição legal

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**AQUIDAUANA**

---

**EDITAL N.º 013/2023-1ªPJCA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00003890-6 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00003890-6 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Valdir Fancelli e Rossana Guirelli Fancelli

Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2017.00000523-9

Aquidauana - MS, 17 de maio de 2023.

**ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA**

1ª Promotora de Justiça

**BELA VISTA****EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****INQUÉRITO CIVIL 06.2020.00000248-3**

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Obook Incorporadora Ltda - Fazenda Obok

**OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2020.00000248-3, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto "Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Obok, matrícula nº 15.532, com área de 317,7488 hectares, de propriedade de Obok Incorporadora Ltda., abrangido pelo Diagnóstico Ambiental das Propriedades que Margeiam o Rio Apa."

**DAS OBRIGAÇÕES**

CLÁUSULA PRIMEIRA: O compromissário se compromete, neste ato, a promover, por meio de PRADA, no prazo de 24 meses, o isolamento das áreas de preservação permanente e de reserva legal, mediante instalação de cerca, objetivando garantir eventual necessidade de regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc), sendo que, caso não haja desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural;

Parágrafo primeiro. No caso desta cláusula, a presença de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc.) ou desenvolvimento de atividades agrícolas, no interior do perímetro da reserva legal e/ou da área de preservação permanente, após o prazo para cercamento configurará descumprimento deste Termo de Ajustamento de Conduta, sancionando-se com a multa prevista neste instrumento.

Parágrafo segundo. O compromissário compromete-se a não roçar as áreas previstas nesta cláusula (salvo nos casos de roçadas localizadas para desenvolvimento de plantio de mudas visando à recuperação), bem como não efetuar plantio de espécies agrícolas.

Parágrafo terceiro. A comprovação do cercamento das áreas será efetuada mediante relatório escrito e fotográfico atestando tal fato, assinado pelo técnico contratado, em conjunto com o compromissário, acompanhado da respectiva ART (Recomendação n.º 03/2017/CGMP/MS), podendo tal situação ser fiscalizada pela Promotoria de Justiça diretamente ou por meio de requisição a outro órgão, sendo que, caso seja considerada a inverdade do conteúdo do relatório, total ou parcialmente, além da incidência da multa prevista neste TAC, haverá também a responsabilização criminal por falsidade e representação ao órgão de classe respectivo.

Parágrafo quarto. A fiscalização do cumprimento do PRADA e da eventual necessidade de recuperação das áreas será feita pelo órgão ambiental competente, que receberá ofício do Ministério Público solicitando que informe caso haja descumprimento, para fins de execução do TAC. Esta previsão não impede que o Ministério Público requisiute de qualquer órgão ou entidade a fiscalização do cumprimento deste Ajustamento de Conduta.

Parágrafo quinto. As atividades previstas no PRADA, no PRA e no Termo de Compromisso firmado com o órgão ambiental, bem como seu cronograma, passarão a fazer parte deste TAC, sendo que seu não cumprimento ensejará as multas e penalidades previstas neste instrumento.

Bela Vista-MS, 16 de maio de 2023.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**  
Promotor de Justiça



---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 09/2023/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2023.00002579-9, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2023.00002579-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jean Carlos Negrão

Assunto: “Acompanhar o cumprimento das cláusulas estabelecidas no termo de ajustamento de conduta com o requerido no Inquérito Civil n. 06.2019.00001888-6.”

Camapuã - MS, 16 de maio de 2023.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 10/2023/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2023.00002669-8, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2023.00002669-8.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dovani Furon Boldrin

Assunto: “Acompanhar o cumprimento das cláusulas estabelecidas no termo de ajustamento de conduta com Dovani Furon Boldrin nos autos de Inquérito Civil n. 06.2019.00001588-9 e 06.2021.00000537-3.”

Camapuã - MS, 16 de maio de 2023.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0024/2023/PJ/DPS.****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2023.00000465-0.**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2023.00000465-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anderson Cristiano Nascimento, João Antonio Guedes Rosa.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Apurar eventuais danos ambientais na Área de Preservação Permanente - APP, do Córrego "Açucena", na altura da ponte existente na 16ª linha, Nascente, na área rural do Município de Deodápolis.

Deodápolis/MS, 16 de maio de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0025/2023/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2023.00003965-0.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00003965-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Barreto, nº 482, Jardim Santo Antonio, sede da Promotoria de Justiça, em Deodápolis/MS.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Flavio Henrique Patricio Barreto.

Interessados: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis e Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: Verificar junto à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Deodápolis se e como os referidos órgãos públicos cumprem o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Deodápolis/MS, 17 de maio de 2023.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

---

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EDITAL 0005/2023/PJ/DIB**

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00004322-0

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00004322-0, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: Conselho Tutelar de Dois Irmãos do Buriti

Assunto: Fiscalizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 16 de maio de 2023.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL 0006/2023/PJ/DIB**

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00004323-1

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2023.00004323-1, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos/Interessado: Secretaria de Assistência Social do Município de Dois Irmãos do Buriti.

Assunto: Acompanhar a realização da inspeção anual no Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS referente a 2023, normatizada na Resolução CNMP nº 204/2019.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 16 de maio de 2023.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça em substituição legal



---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL Nº 0013/2023/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

IC - Inquérito Civil nº 06.2023.00000455-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valmir Alves Souza

Assunto: Apurar atividade de desdobramento madeireiro, com possível degradação ambiental a partir da suspeita da violação de condicionante administrativa constante do Informativo de Atividade, especificamente a exigência de regularidade da madeira a ser desdobrada, conforme Auto de Infração Imasul nº 012293/2023.

Paranaíba - MS, 04 de maio de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0014/2023/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica CEP: 79500-000, Paranaíba/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000436-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nalzeres Alves da Silva

Assunto: “Apurar a exploração, transporte, armazenamento e desdobramento ilegal de produto florestal, que totalizou 33,451 m³ de madeiras oriundas de espécies nativas exploradas nas áreas alagadas dos afluentes, 5 m³ de resíduos para serragem e 10 unidades de toras nativas submersas, bem como uso de diversos instrumentos ilícitos, no Porto de Areia Santos, em Paranaíba/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 012304/2023, Laudo de Constatação nº 015757/2023 e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 05/3ºGPMA/1ºPEL/6ªCIA/BPMA/2023.”

Paranaíba, 04 de maio de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2023/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica, CEP 79500-000, Paranaíba/MS, Telefone: (67) 3503-1075 / (67) 351076 / (67) 3503-1077.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000218-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ricardo Aparecido Silva Souza

Assunto: “Apurar o desmatamento de 1,29 hectares de vegetação nativa, na Chácara dos Meninos (antiga Fazenda São José - Parte 2), inscrita no CARMS sob o nº 0072184, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 439/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Vistoria Técnica nº 088/DAEX/CORTEC-MA/2021”.

Paranaíba, 04 de maio de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0016/2023/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica – CEP 79500-000, Paranaíba/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000219-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Júlio Vilson de Oliveira

Assunto: “Apurar o desmatamento de 0,93 hectares de vegetação nativa, no Sítio 3 Irmãos (antiga Fazenda São José - Parte 1), inscrito no CARMS sob o nº 0078257, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Vistoria Técnica nº 088/DAEX/CORTEC-MA/2021.

Paranaíba, 04 de maio de 2023.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**PORTO MURTINHO****EDITAL N. 0011/2023/PJ/PTM****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Promotoria de Justiça de Porto Murtinho faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n. 01/2023, referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Porto Murtinho, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução n. Resolução n. 017/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Porto Murtinho, 16 de maio de 2023.

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça em Substituição Legal

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho		PROCEDÊNCIA – Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho	
Órgão / Setor: Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho		Órgão / Setor: Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe 000	Ofícios Expedidos	2020	2021
Classe 000	Ofícios Recebidos	2020	2021
Classe 200	Apuração de Ato Infracional	2018	2020
Classe 200	Inquérito Civil	2012	2022
	Conforme disposto na Resolução n. 017/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.		
Responsável pelo preenchimento: Ramão Waldir Ortiz – Técnico I Porto Murtinho, 16 de maio de 2023.			